

RESENHA

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p.

Paola Cristina Nicolau

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e
Direitos Humanos da FADIR/UFGD
paolacnicolau@gmail.com

Os processos de descolonização na África, Ásia e América Latina abriram espaço para a descentralização do pensamento moderno hegemônico. A teoria desenvolvida a partir do pós-colonialismo criou novos espaços de produção de conhecimento, gerando um impulso epistemológico em regiões consideradas terceiro-mundo ou Sul, efervescentes nas ciências sociais. O pós-colonialismo chega para oferecer novas maneiras de conhecer e pensar sobre eventos complexos e fluidos e as relações que os moldam, enfatizando uma multiplicidade de perspectivas, tradições e abordagens sobre questões de identidade, cultura e poder. Essa cosmovisão, disseminada no continente latino-americano através do “giro decolonial”, direciona à criação de uma episteme latino-americana, inspirada na proposta de estudos subalternos asiáticos, atualmente representada pelo Grupo Modernidade, Colonialidade e Descolonialidade (MCD).

Arturo Escobar,⁴⁵ autor da obra *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*, é um antropólogo colombiano e um dos diversos pesquisadores da área das humanidades que compõem o MCD.⁴⁶ Utilizando das palavras do próprio Escobar (2014. p. 41), “[...] a partir de uma perspectiva acadêmica crítica, o MCD talvez tenha sido a estrutura interpretativa mais visível que surgiu na década de 2000 nesse espaço [do pensamento social latino-americano]”.⁴⁷ Obras anteriores do autor auxiliaram na estruturação do pensamento do MCD e podem ser caracterizadas como base conceitual para essa obra mais atual⁴⁸ que propõe uma nova leitura acerca de desenvolvimento, território e diferença sob o ângulo da ontologia política.

No cenário pós-moderno globalizado, novas preocupações ocupam os interesses dos Estados e dos indivíduos. Nos países da América Latina, a maior preocupação é a melhoria das condições de vida de seus habitantes, priorizando a busca de soluções alternativas para problemas econômicos, sociais e culturais, isto é, característicos dos direitos coletivos. O objetivo de Escobar é conceber conceitos que sejam profícuos para pensar diferenças dentro de discursos de transição atuais, os

45 Mais sobre o autor disponível em: <<http://aescobar.web.unc.edu/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

46 Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez, Edgardo Lander e Ramón Grosfoguel também fazem parte do MCD.

47 Tradução livre do original: “[...] desde una perspectiva académica crítica, el MCD ha sido quizás el marco interpretativo más visible que haya surgido en los años 2000 en dicho espacio” (ESCOBAR, 2014. p. 41).

48 Os principais são: *Encountering development: the making and unmaking of the Third World* (1995); *La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo* (1998) e *Territories of difference: place, movements, life, redes* (2008).

quais implicam transformações culturais e institucionais. A visão da ontologia política, apresentada na introdução do texto, vai de encontro com a noção moderna do mundo como um só e é guiada pela seguinte pergunta: “que tipos de mundos são representados através de qual conjunto de práticas?”⁴⁹ (ESCOBAR, 2014. p. 14). Já a ideia de sentipensar, evidente no título, envolve uma reflexão sobre pensar território através de uma operação lógica discursiva entre coração e mente, como um campo de interação repleto de ontologias.

A primeira parte do livro, *El desarrollo (de nuevo) en cuestión: algunas tendencias en los debates críticos sobre capitalismo, desarrollo y modernidad en América Latina*, discorre sobre a conjuntura atual latino-americana, a partir do pensamento decolonial, as tendências dos estudos críticos sobre desenvolvimento na América Latina. Levanta-se inicialmente o debate entre desenvolvimento e pós-desenvolvimento. O desenvolvimento no âmbito latino-americano é dividido em três períodos: teoria da modernização aliada ao crescimento econômico nas décadas de cinquenta e sessenta; a teoria da dependência com as raízes do subdesenvolvimento entre sessenta e setenta; e as aproximações críticas do desenvolvimento como discurso cultural, que o caracteriza como discurso ocidental de controle sob o terceiro mundo, nos anos noventa (ESCOBAR, 2014. pp. 27-28). O pós-desenvolvimento, como conceito e prática social, parte da perspectiva pós-estruturalista da década de noventa e tem como principal objetivo reestruturar a relação do desenvolvimento com elementos da natureza e adaptar essa noção às realidades africana, asiática e latino-americana com a concepção de um desenvolvimento alternativo.

O desenvolvimento alternativo se relaciona com o princípio do *Buen Vivir* (BV) latino-americano a partir de uma abordagem teórico-prática. Para Escobar (2014. pp. 43-44), “o BV e os direitos da natureza devem ser considerados no contexto de uma série de inovações pioneiras, incluindo repensar o Estado em termos de plurinacionalidade e a sociedade em termos de multiculturalismo”.⁵⁰ Em âmbito global, a proposta do BV é caracterizada como um discurso de transição decorrente do Sul, com diferenças estruturais acerca dos processos de transição desenvolvidos pelo Norte, ou seja, não há uma única estrutura para a prática política. Por conseguinte, nesse mesmo fragmento, Escobar faz reflexões breves sobre modernidade, invisibilidade racial e de gênero e sustentabilidade, ressaltando como a despatriarcalização da sociedade e sua relação com a natureza fazem parte do processo de descolonização.

A segunda parte do livro, *Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”*, é responsável por aprofundar cada um dos conceitos citados até o momento. Os territórios de diferença são construídos através de dois processos interdependentes: a problematização das identidades “nacionais”, responsável por questionar as dinâmicas culturais da modernidade, e a problematização da vida, encarregada das discussões acerca da biodiversidade e sustentabilidade (ESCOBAR, 2014. p. 67-68). Para facilitar a compreensão do leitor ou da leitora, Escobar traz exemplo dentro de seu próprio país para corroborar suas ideias. Os casos de Yurumanguí, Curvadaró e La Toma demonstram a resistência das comunidades em abandonarem seu território, mesmo no

49 Tradução livre do original: “[...] qué tipo de mundos se enactúan a través de qué conjunto de prácticas” (ESCOBAR, 2014. p. 14).

50 Tradução livre do original: “[...] el BV y los DN [derechos de la naturaleza] deben considerarse en el contexto de toda una gama de innovaciones pioneras, incluyendo el replanteamiento del Estado en términos de plurinacionalidad, de la sociedad en términos de interculturalidad [...]” (ESCOBAR, 2014. pp. 43-44).

auge da insegurança pública, e suas estratégias para revitalizá-los. Os três locais foram acometidos de “ações em nome da civilização e do progresso contra as populações afrodescendentes e indígenas”⁵¹ (ESCOBAR, 2014, pp. 72-73), sendo a relação entre a resistência e a ocupação desses territórios caracterizada como ontológica.

O próximo conceito esmiuçado por Escobar é da ontologia dualista que isola duas partes do todo (humano e não humano, mente e corpo, razão e emoção). Na modernidade o mundo ocidental, ou o Norte, ficou caracterizado como civilizado, livre e racional em contraposição a outros mundos existentes (ESCOBAR, 2014, p. 76). Os outros mundos e as experiências que os compõem são então denominados como ontologia relacional. A prática de uma política ontológica é, portanto, definida por “lutas por territórios que se tornam lutas pela defesa dos diversos mundos que habitam o planeta, isto é, as lutas pela defesa da Pluriverso”⁵² (ESCOBAR, 2014, p. 78). Como exemplo da aplicabilidade dessa tática política, cita-se a Lei 70 de 1993 que reconheceu a comunidade afrodescendente na Colômbia como grupo étnico com direitos coletivos a seus territórios e identidade cultural (ESCOBAR, 2014, p. 79). Essa lei colocou em evidência o funcionamento de uma prática política em avanço no contexto regional e nacional de diversas outras áreas.

O Processo de Comunidades Negras na Colômbia (PCN) ajudou a promover a compreensão do conceito de território a partir de perspectivas teóricas e de movimentos sociais. A partir do PCN, Escobar demonstra que a base do projeto de vida é o território, assim como a tática para alcançá-lo é o BV, amparado por princípios de autossustentabilidade e bem-estar, organização e solidariedade, conhecimento e multiatividade e sustentabilidade do habitat (ESCOBAR, 2014, p. 89). Dessa forma, o território-região é a base do projeto político e sua relação com o projeto de vida seria a visão de um futuro com autonomia de povos. Fica claro, no caso do PCN, que o território é, sobretudo, “[...] um processo de apropriação sociocultural da natureza e dos ecossistemas que cada grupo social desenvolve a partir de sua própria ‘cosmovisão’ ou ‘ontologia’”⁵³ (ESCOBAR, 2014, p. 91). Essa percepção sobre território, que engloba os conceitos de territorialização e territorialidade, eleva a geografia como ciência positivista dentro da visão do MCD.

Ao definir ontologia política, a intenção de Escobar (2014, p. 98) é ressaltar a característica política da ontologia e o atributo ontológica da política. Ambos enfoques consideram conflitos políticos entre dois mundos como base de assertivas ontológicas. Essas “lutas [ontológicas] podem ser interpretadas como um aporte importante para as transições ecológicas e culturais em direção ao pluriverso”⁵⁴ (ESCOBAR, op. cit., p. 134), ou seja, em direção ao enfrentamento da percepção globalizante de um único mundo.

Finalmente, a terceira parte, *Transiciones: un espacio para la investigación y diseños hacia el pluriverso*, expõe o objetivo central do projeto denominado Espacio Transiciones (“Espaço Transições”,

51 Tradução livre do original: “[...] a nombre de la civilización y del progreso contra las poblaciones afrodescendientes e indígenas” (ESCOBAR, 2014, pp. 72-73).

52 Tradução livre do original: “[...] las luchas por los territorios se convierten en luchas por la defensa de los muchos mundos que habitan el planeta, o sea, luchas por la defensa del Pluriverso” (ESCOBAR, 2014, p. 78).

53 Tradução livre do original: “[...] un proceso de apropiación socio-cultural de la naturaleza y de los ecosistemas que cada grupo social efectúa desde su ‘cosmovisión’ o ‘ontología’” (ESCOBAR, 2014, p. 91).

54 Tradução livre do original: “dichas luchas [ontológicas] pueden ser interpretadas como contribuciones importantes a las transiciones ecológicas y culturales hacia el pluriverso” (ESCOBAR, 2014, p. 134).

em tradução livre), o qual propõe um espaço de pesquisa coletivo esgravatando alternativas de convivência e sobrevivência mais harmônicas. Esse ambiente de compartilhamento de ideias, pioneiro no debate acadêmico dos discursos de transição, está sendo desenvolvido há três anos em Cali, na Colômbia, e tem a intenção de ser expandido dentro de redes transnacionais de pesquisa (ESCOBAR, 2014. p. 137). O Espaço Transições é estruturado dentro de três campos de estudo: do pluriverso, de transição e desenho de pesquisa. As três dimensões convergem entre si para desenvolver uma teoria social orientada ao pluriverso, que vai além dos limites impostos pelas epistemes modernas e desenvolve uma ligação entre os discursos de transição do Norte e do Sul.

Em suma, o papel emancipatório assumido pelo MCD nas ciências sociais, rompe com os teóricos estadunidense e, posteriormente, com os teóricos indianos (principal influência das propostas de estudos anteriores), direcionando seu foco inteiramente à América Latina. A partir do conceito de pós-desenvolvimento, o Espaço Transições pode ser desenvolvido para despontar outros casos de comunidades que ainda lutam por seus direitos coletivos de território e identidade, principalmente em outros países da região latino-americana, amplamente sob os efeitos da colonialidade. Destarte, assim como Escobar, os teóricos pós-coloniais nos lembram que a política é, muitas vezes, uma questão de imaginar o além. Os movimentos de resistência à globalização neoliberal têm de conceber uma política que está além do Estado-nação, para além da ideia de que a natureza existe apenas como matéria para a exploração humana.

Recebido para publicação em 1 de Fevereiro de 2017.

Aceito para publicação em 22 de Março de 2017.